



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016  
(Processo Administrativo nº 08059.002233/2015-78)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, por meio do(a) Diretoria Técnico-Científica, sediado(a) SAIS Quadra 07, Lote 23, Brasília-DF, 70610-200, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 19/08/2016

Horário: 10h30

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de *empresa especializada para distribuição (envio) de livro de identificação de aves traficadas no Brasil, a partir do Instituto Nacional de Criminalística (INC) para outras localidades brasileiras onde estão sediados órgãos de atuação no combate ao tráfico de animais*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação terá um item, conforme tabela constante do Termo de Referência..*

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200406/00001

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 090123

Elemento de Despesa: 339039

PI: PF99900AG16

**3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.3. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3. *Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.*

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1. *valor unitário e total do item;*
  - 5.6.2. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 5.10. *Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).*
- 5.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as *especificações técnicas exigidas no Termo de Referência*.
- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.*

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

*7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor cujo percentual de desconto seja inferior ao mínimo exigido ou torne o preço do objeto manifestamente inexecutável.*

7.2. Considera-se inexecutável a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

7.4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecuibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 04 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

**8.4. Habilitação jurídica:**

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

8.4.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.7. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 04 (quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [selic.ditec@dpf.gov.br](mailto:selic.ditec@dpf.gov.br). Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 03 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), e e-mail.

8.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.9. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.10. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

8.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

13.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo de vigência da contratação é de no máximo 06 (seis) meses, *contados a partir da publicação no Diário Oficial da União*, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

13.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento

13.4.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**14. DO REAJUSTE**

14.1. O preço é fixo e irrevogável.

**15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

**16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

**17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

17.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. apresentar documentação falsa;

18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

- 18.1.4. ensinar o retardamento da execução do objeto;
  - 18.1.5. não manter a proposta;
  - 18.1.6. cometer fraude fiscal;
  - 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.3.1. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [selic.ditec@dpf.gov.br](mailto:selic.ditec@dpf.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço SAIS Quadra 07, Lote 23, Brasília-DF, 70610-200,, seção ARLIC/SELOG/DITEC/DPF.
- 19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SAIS Quadra 07, Lote 23, Brasília-DF, 70610-200, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

20.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato; (quando for o caso)

....., ..... de ..... de 20.....

**Assinatura da autoridade competente**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO**

*DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA*

*POLÍCIA FEDERAL*

**PREGÃO Nº ...../20...**  
(Processo Administrativo n.º.....)

**1. DO OBJETO**

**1.1.** *Contratação de empresa especializada para distribuição (envio) de livro de identificação de aves traficadas no Brasil, a partir do Instituto Nacional de Criminalística (INC) para outras localidades brasileiras onde estão sediados órgãos de atuação no combate ao tráfico de animais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.*

**1.2.** *O endereço de origem é o Edifício INC – SAIS Quadra 07 – Lote 23 – Brasília – DF – CEP 70610-200. Os endereços de destino, nome das instituições, número de livros e valor estimado com base em pesquisa de mercado estão listados na tabela abaixo:*

Item	Órgão	UF	Quant.	Endereço
1.	CETAS - RIO BRANCO -AC	AC	10	Rua Ildefonso Cordeiro, s/nº, Vila Acre – Rio Branco/AC
2.	IBAMA - AC	AC	10	Rua Veterano Manuel de Barros, nº 320, Abraão Alab 69907-150 Rio Branco - AC
3.	Ministério Público Estadual - AC	AC	5	Rua Marechal Deodoro, 472 – Centro. Rio Branco Acre – CEP: 69900-210
4.	PCDG - AC - Secretaria de Estado de Polícia Civil	AC	15	Avenida Antônio da Rocha Viana, 1520   69914-610   Rio Branco   AC
5.	PC - Departamento de Polícia Técnica-Científica/Instituto de Criminalística - AC	AC	15	Rua Antônio da Rocha Viana, s/n, Bosque. CEP: 69914-610
6.	PMAC- Cia. Independente de Policiamento Ambiental	AC	80	BR 364, Bairro Jardim Europa, Km 02, Complexo do CIEPS – Rio Branco/AC - CEP: 69.911-175 Batalhão de Polícia Ambiental
7.	PRF - AC	AC	35	Av. Brasil, 364 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-000
8.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA-AC	AC	35	Rua Benjamin Constant, 856 – Centro. CEP- 69900-160. Rio Branco/AC
9.	CETAS - MACEIO - AL	AL	10	Avenida Fernandes Lima, nº 4023, Gruta de Lourdes – Maceió/AL
10.	IBAMA - AL	AL	10	Avenida Fernandes Lima, 4.023 – Farol 57057-000 Maceió – AL
11.	Ministério Público Estadual - AL	AL	5	Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79 - Poço - Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo. CEP 57.025-400 - Maceió/AL



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

12.	PCDG - AL - Delegacia Geral de Polícia Civil de Alagoas	AL	15	AL 101 Norte, Nº40, 57038-640 Maceió - Jacarecica
13.	PC - Instituto de Criminalística - AL -	AL	15	Rua do Sol, 290 – Centro - Maceió-Alagoas-Brasil CEP: 57020-070
14.	PMAL - Batalhão de Policiamento Ambiental de Alagoas	AL	80	Balneário Catolé, BR-316, km 14 - Bairro Clima Bom Maceió - Alagoas - CEP: 57.083-000
15.	PRF - AL	AL	35	Av. Doutor Durval de Góes Monteiro, nº 2882 - A, Cep: 57081285 MACEIO - AL
16.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Semarh-AL	AL	35	Rodovia AL 101 Norte, KM 05, s/n. Jacarecica/AL
17.	CETAS - MANAUS - AM	AM	10	Rua Ministro João Gonçalves de Souza, s/nº, BR 319, km 01, Distrito Industrial - Manaus/AM
18.	IBAMA - AM	AM	10	Rua Ministro João Gonçalves de Souza, s/nº - Km 01- Br 319, Distrito Industrial 69075-830 Manaus – AM
19.	Ministério Público Estadual - AM	AM	5	Endereço: Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança . CEP: 69030-480 - Manaus/AM
20.	PCDG - AM - Delegacia Geral da Polícia Civil do Amazonas	AM	15	Avenida Pedro Teixeira, 180 - Dom Pedro. Manaus - AM - CEP 69040-000
21.	PC - Instituto de Criminalística - AM -	AM	15	Av. Noel Nutels, 300, Cidade Nova 2, Manaus, AM, 69040-000
22.	PMAM - Batalhão de Policiamento Ambiental do AM	AM	80	Rua Álvaro Maia s/n. Alvorada 1. CEP 69.043-540. Manaus -AM
23.	PRF - AM	AM	35	Av. Mário Ypiranga 2479 - CONJ. DNER Cep: 69050030 MANAUS - AM
24.	Órgão ambiental - Secretaria de <b>Municipal</b> de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS - AM	AM	35	Rua Rubídio, nº 288, Antiga Rua Santa Isabel, Vila da Prata. Manaus/AM. CEP 69030-530
25.	CETAS - MACAPÁ - AP	AP	10	Avenida do Pinhal, s/nº, Brasil Novo – Macapá/AP
26.	IBAMA - AP	AP	10	Rua Hamilton Siva, nº 1570, Santa Rita 68.900-068 Macapá - AP
27.	Ministério Público Estadual - AP	AP	5	Av. FAB, 64 - Centro - Macapá/AP - 68906-906
28.	PCDG - AP - Delegacia geral de Polícia Civil	AP	15	Av. Fab, nº 84 - Central - 68.900-073 - Macapá/AP
29.	PC - Polícia Técnico-Científica - AP -	AP	15	Rod. BR 210, Km 02. Bairro: São Lázaro. CEP - 68090-130. Macapá/AP
30.	PMAP - BATALHÃO AMBIENTAL DA POLÍCIA MILITAR	AP	80	R. Lucena de Azevedo, s/nº - Vila Daniel – Santana/AP - CEP: 68.925-000
31.	PRF - AP	AP	35	Rodovia BR 156 KM 00 Nº 201 Cep: 68908575 MACAPA - AP
32.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA - AP	AP	35	Av. Mendonça Furtado, 53 - Central, Macapá - AP, 68900-060
33.	CETAS - BARREIRAS - BA	BA	10	BA 242, saída Salvador, s/n, localizado no Campus da UNEB – Barreiras/BA
34.	CETAS - PORTO SEGURO - BA	BA	10	BR-367, km 13, interior da Estação Ecológica do Pau-Brasil (CEPLAC) – Porto Seguro/Bahia.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

35.	CETAS - SALVADOR - BA	BA	10	Rua Fernando Pedreira, s/nº, Bairro Catuba – Salvador/BA
36.	IBAMA - BA	BA	10	Avenida Manoel Dias da Silva, nº 111, Pituba Sub distrito de Amaralina, edifício Espazio Montalto 41900-325 Salvador-BA
37.	Ministério Público Estadual - BA	BA	5	Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré - Salvador - Bahia - CEP - 40050-002 - Brasil
38.	PCDG - BA - Polícia Civil da Bahia	BA	15	Praça 13 de Maio, s/n, Piedade - Salvador-BA - CEP 40060-160
39.	PC - Departamento de Polícia Técnica - BA -	BA	15	Av. Centenário s/n - Vale dos Barris. Salvador/BA. CEP:40.100-180
40.	PMBA - CIA DE POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – COPPA	BA	80	Av. Pinto de Aguiar, s/nº, Sítio Pombal, Pituaçu, SSA/Ba. CEP 41.740-380
41.	PRF - BA	BA	35	Rua Antônio Santos Gouveia, 263, Quadra A, Lote 09 Porto Seco Pirajá. Cep: 41.233-020 SALVADOR - BA
42.	Órgão ambiental - Secretaria do Meio Ambiente -SEMA- BA	BA	35	Avenida Luís Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390 - Plataforma IV - Ala Norte - CEP: 41.745-005   Centro Administrativo da Bahia Salvador - Bahia
43.	CETAS - FORTALEZA - CE	CE	10	Rua Wilson Ferreira, 351, Guajeru – Fortaleza/CE
44.	IBAMA - CE	CE	10	Av. Visconde do Rio Branco, Nº 3900 bairro De Fátima 60055-172 Fortaleza - CE
45.	Ministério Público Estadual - CE	CE	5	Rua Assunção, nº 1.100 - José Bonifácio - Fortaleza - CE. CEP 60050-011
46.	PCDG - CE - Polícia Civil	CE	15	Rua do Rosário, 199 - Centro, Fortaleza/Ce, CEP: 60.055-090
47.	PC - Perícia Forense do Estado do Ceará	CE	15	Av. Presidente Castelo Branco, 901 - Moura Brasil, CE, 60010-000
48.	PMCE - CIA DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL	CE	80	Av. Dr. Raul Barbosa, 6801 - Bairro Aerolândia Fortaleza - Ceará - CEP: 60.850-971
49.	PRF - CE	CE	35	BR 116, KM 06. Cep: 60864190. FORTALEZA - CE
50.	Órgão ambiental - Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE - CE	CE	35	Rua Jaime Benévolo 1400 Bairro de Fátima, 60050-155 Fortaleza, CE
51.	CETAS - SERRA - ES	ES	10	Rua Dourados, s/nº, Barcelona – Serra/ES
52.	IBAMA - ES	ES	10	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, Nº 2.487 Bento Ferreira 29051-625 Vitória – ES
53.	Ministério Público Estadual - ES	ES	5	Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 350 . Bairro Santa Helena - Ed. Promotor Edson Machado - Vitória - ES - CEP: 29050-265.
54.	PCDG - ES - Chefatura de Polícia	ES	15	Av. Nossa Senhora da Penha, 2290, Santa Luiza, Vitória-ES CEP 29045-402
55.	PC - Superintendência Técnico-Científica - ES -	ES	15	Av. Nossa Senhora da Penha, 2290, Santa Luiza, Vitória-ES CEP 29045-402
56.	PMES - BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL	ES	80	Av. Rio Amazonas, 21- Conjunto Hélio Ferraz Serra – Espírito Santo - CEP: 29.160-567





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

57.	PRF - ES	ES	35	AV MAL MASCARENHAS DE MORAIS, 2214 - BENTO FERREIRA (ao lado do Clube Álvares Cabral) Cep: 29052120 VITORIA - ES
58.	Órgão ambiental - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Núcleo de Fauna) - IEMA - ES	ES	35	BR 262 Km 0 S/N - Jardim América - CEP: 29140-500 - Cariacica - ES
59.	CETAS - CATALÃO - GO	GO	10	Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 2338, Bairro Ipanema – Catalão/GO
60.	CETAS - GOIANIA - GO	GO	10	BR 153, Km 9 Chácara União Goiânia/GO
61.	IBAMA - GO	GO	10	Rua 229, nº 95 Setor Universitário 74605-090 Goiânia – GO
62.	Ministério Público Estadual - GO	GO	5	Rua 23, esq. com a Av. Fued José Sebba, Qd. A 06, Lts. 15/24, Jardim Goiás . Goiânia - Goiás - CEP: 74.805-100
63.	PCDG - GO - Polícia Civil do Estado de Goiás	GO	15	Av. Anhanguera, n. 7364. Setor Aeroviário - Goiânia-GO. CEP: 74435-300
64.	PC - Instituto de Criminalística leonardo Rodrigues - GO -	GO	15	Av. Atílio Correia Lima, 1223, Goiânia, GO, 74425-030
65.	PMGO - 16º CRPM/CPA	GO	80	BR 153, - Parque Estadual Altamiro de Moura Goiânia – Goiás - CEP: 75.000.000
66.	PRF - GO	GO	35	Rua P-23A, Lote 4, S/N Cep: 74543380 GOIANIA - GO
67.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Semarh-GO	GO	35	Palácio Pedro Ludovico Teixeira - Rua 82, S/N Setor Sul - Goiânia - GO - CEP: 74088-900
68.	CETAS - IMPERATRIZ - MA	MA	10	Rua Dom Pedro II, 170, Beira Rio – Imperatriz/MA
69.	CETAS - SÃO LUIZ - MA	MA	10	Rua do Horto Florestal, s/n Maiobinha, São José de Ribamar, Maranhão
70.	IBAMA - MA	MA	10	Avenida dos Holandeses - Quadra: 33 - Lotes: 17/18 - Bairro: Quintas do Calhau 65071-380 São Luís - MA
71.	Ministério Público Estadual - MA	MA	5	Rua Oswaldo Cruz, 1396 - Centro CEP 65.020-910 - São Luís - Maranhão
72.	PCDG - MA - Secretaria de Segurança Pública	MA	15	Avenida dos Franceses, s/nº – Vila Palmeira. São Luís – MA
73.	PMMA - BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL	MA	80	Av. Epit. Cafeteira, s/n, Coroadinho, V. dos Frades, Pq Estadual Bacanga Cep: 65044-030
74.	PRF - MA	MA	35	BR 135 KM 1 S/N, Tirirical. Cep: 65095600. SAO LUIS - MA
75.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA - MA	MA	35	Av. dos Holandeses, nº 04, Quadra 06, Edifício Manhattan, Calhau, São Luís-Maranhão. CEP: 65.071-380
76.	PC - ICRIM e IML - Instituto de Criminalística e Medicina Legal - MA	MA	15	Av dos Portugueses , 3779 - Vila Bacanga - São Luís, MA - Cep: 65080-805
77.	CETAS - BELO HORIZONTE - MG	MG	10	Avenida do Contorno, 8121, Lourdes – Belo Horizonte/MG



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

78.	CETAS - JUIZ DE FORA - MG	MG	10	Avenida Prefeito Mello Reis, 1.500, Bairro Aeroporto – Juiz de Fora/MG
79.	CETAS - MONTES CLAROS - MG	MG	10	Rua Antonio Francisco, 89, Bairro Edgar Pereira – Montes Claros/MG
80.	IBAMA - MG	MG	10	Avenida do Contorno, nº 8.121 Bairro: Lourdes 30110-051 Belo Horizonte – MG
81.	IBAMA - MG Base Avançada de Juiz de Fora	MG	10	Avenida Prefeito Mello Reis, 1500 - Bairro Aeroporto CEP 36033560 Juiz de Fora - MG
82.	IEF - Instituto Estadual de Florestas - MG	MG	35	Prédio Minas, 1º andar, Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n. Bairro Serra Verde. CEP: 31.630-900. Belo Horizonte - MG
83.	Ministério Público Estadual - MG	MG	5	Av. Álvares Cabral, 1690 - Lourdes - Belo Horizonte/MG - CEP 30.170-001
84.	PCDG - MG - Polícia Civil MG	MG	15	Rodovia Pref. Américo Gianette, s/n, Prédio Minas, Bairro Serra Verde - 197
85.	PC - Instituto de Criminalística - MG -	MG	15	Av. Augusto de Lima, Belo Horizonte - MG, 30190-002
86.	PMMG – CIA DE POLÍCIA MILITAR DE MEIO AMBIENTE	MG	80	Av. Jequitinhonha n 700 - Bairro Vera Cruz Belo Horizonte – Minas Gerais - CEP: 30.285-130
87.	PRF - MG - Polícia Rodoviária Federal - Órgão Regional	MG	35	Praça Antônio Mourão Guimarães, s/nº, Bairro Cidade Industrial. Cep: 32210170 CONTAGEM - MG
88.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD - MG	MG	35	Rodovia Américo Gianetti, s/n - bairro Serra Verde. Cidade Administrativa Tancredo Neves - Ed. Minas - 2 andar. CEP: 31.630-900
89.	IBAMA - MS	MS	10	Rua Euclides da Cunha, nº 975 Jardim dos Estados 79021-200 Campo Grande – MS
90.	Ministério Público Estadual - MS	MS	5	Rua Pres. Manoel Ferraz de Campos Sales, 214 - Jardim Veraneio - Cep 79031-907 Campo Grande/MS
91.	PCDG - MS - Polícia Civil de Mato Grosso do Sul	MS	15	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 1203 - Pq. dos Poderes - Campo Grande/MS - CEP: 79.031-902
92.	PCMS - Instituto de Criminalística - MS	MS	15	Senador Filinto Muller, 1530 - Vila Ipiranga - CEP 79.074-460 - Campo Grande/MS
93.	PMMS - POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL	MS	80	15 Batalhão de Polícia Militar Ambiental. Av. Mato Grosso, s/n - Parque das Nações Indígenas Campo Grande – Mato Grosso do Sul - CEP: 79.031-001
94.	PRF - MS	MS	35	Rua Antonio Maria Coelho, 3033 Cep: 79020908 CAMPO GRANDE - MS
95.	Órgão ambiental - - MS	MS	35	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul Rua Des. Leão Neto do Carmo, s/n Campo Grande (MS) - CEP 79037-100 Fones: (67) - 3318-5600   3318-6000



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

96.	IBAMA - MT	MT	10	Av. Rubens de Mendonça, 5350, Bairro Morada da Serra 78055-900 Cuiabá – MT
97.	Ministério Público Estadual - MT	MT	5	Rua quatro S/N centro Político e Administrativo - Cuiabá/MT - Cep: 78049-921
98.	PCDG - MT - Polícia Judiciária Civil	MT	15	Av. Coronel Escolástico nº.346 Bairro: Bandeirantes – Cuiabá MT Cep: 78010-200
99.	PC - Perícia Oficial e Identificação Técnica - POLITEC - Diretoria Metropolitana de Criminalística - MT -	MT	15	Av. Gonçalo Antunes de Barros, Nº 3245, Carumbé, Cuiabá/MT. CEP 78058-743
100.	PMMT - COMPANHIA AMBIENTAL (Cáceres)	MT	80	Rua s/d, Bairro Cidade de Deus, Varzea Grande - MT CEP 78.155-655
101.	PRF - MT	MT	35	Av. Joaquim Murtinho, 1400 Cep: 78020290 CUIABA - MT
102.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA - MT	MT	35	Palácio Paiaguás, Rua C, CEP: 78050-970 - Cuiabá - Mato Grosso
103.	CETAS - BELÉM - PA	PA	10	Terreno cedido pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)/Em construção
104.	IBAMA - PA	PA	10	Avenida Conselheiro Furtado, nº 1303, Batista Campos 66035-350 Belém - PA
105.	Ministério Público Estadual - PA	PA	5	Rua João Diogo 100 cidade velha – Belém/PA - CEP: 66.015.160.
106.	PCDG - PA - Polícia Civil do Estado do Pará	PA	15	Avenida Governador Magalhães Barata, nº 209. Bloco C. Sede da Delegacia-Geral da Polícia Civil. Bairro: Nazaré. Belém - Pará. CEP: 66040-903
107.	PC - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves - PA -	PA	15	Rodovia Transmangueirão, s/n, Bairro Bengui, Belem-PA Cep: 66.640-000
108.	PMPA – BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL	PA	80	Rua João Paulo II, s/n.º - COSANPA – B. do Curió-Utinga Belém – Pará – CEP 66.650-120
109.	PRF - PA	PA	35	Travessa D. Pedro I, nº 52 Umarizal Cep: 66050100 BELEM - PA
110.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - PA	PA	35	Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66083-390. Belém/Pará
111.	CETAS - CABEDELO - PB	PB	10	BR-230, km 11, Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, bairro Renascer – Cabedelo/PB
112.	IBAMA - PB	PB	10	Av. Dom Pedro II, 3284 - Torre 58040-915 João Pessoa - PB
113.	Ministério Público Estadual - PB	PB	5	Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro – João Pessoa/PB CEP:58013-030
114.	PCDG - PB - Superintendência da Polícia Civil na Paraíba	PB	15	Praça Firmino da Silveira, 69 – Varadouro. Centro – CEP. 58107-615 - João Pessoa/PB
115.	PMPB - BATALHÃO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL	PB	80	Av. D. Pedro II s/n - Jardim Botânico - Benjamim Maranhão. Bairro da Torre João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.013-420. FAX
116.	PRF - PB	PB	35	BR 230 - KM 23 - Nº 2257. Cep: 58053002, JOAO PESSOA - PB



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

117.	Órgão ambiental - Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA - PB	PB	35	Av. Monsenhor Walfredo Leal, 181 - Tambiá - João Pessoa-PB
118.	PC - Instituto de Polícia Científica da Paraíba - IPC - PB -	PB	15	R. Antônio Teotônio, João Pessoa - PB, 58071-620
119.	CETAS - RECIFE - PE	PE	10	Avenida 17 de Agosto, 1.507, Casa Forte – Recife/PE
120.	IBAMA - PE	PE	10	Avenida 17 de Agosto, nº 1.057 - Casa Forte 52060-590 Recife - PE
121.	Ministério Público Estadual - PE	PE	5	Rua Imperador Dom Pedro II, 473 – Santo Antônio – Edifício Sede Roberto Lira :CEP 50.010-240.
122.	PCDG - PE - Polícia Civil de Pernambuco	PE	15	Rua da Aurora, 405, Boa Vista, Recife - PE CEP: 50050-000
123.	PC - Instituto de Criminalística - PE -	PE	15	Rua Odorico Mendes, nº 700, Campo Grande, Recife-PE, Brasil,CEP: 52031-080
124.	PMPE - 1ª CIPOMA - 1ª CIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO DO MEIO AMBIENTE	PE	80	Rua do Cajá, s/n - Bairro Cruz de Rebouças Igarassú - Pernambuco - CEP: 53.630-190
125.	PRF - PE	PE	35	AVENIDA ANTONIO DE GOES, 820, Cep: 51010000 RECIFE - PE
126.	Órgão ambiental - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS - PE	PE	35	Av. Conselheiro Rosa e Silva, 1339, Jaqueira, Recife - PE, CEP: 52050-020
127.	CETAS - TERESINA - PI	PI	10	Av. Homero Castelo Branco, 2240, Horto Florestal, SUPES/PI – Teresina/PI
128.	IBAMA - PI	PI	10	Avenida Homero Castelo Branco, nº 2.240 - Jockey Club 64048-400 Teresina – PI
129.	Ministério Público Estadual - PI	PI	5	Rua Álvaro Mendes 2294 - Centro, CEP: 64000-060, Teresina - PI
130.	PCDG - PI - Delegacia Geral	PI	15	Rua Barroso, 241, Centro/Sul, Praça Saraiva, CEP.: 64.001-380, Teresina-PI
131.	PC - Unidade de Polícia Técnico-Científica - PI -	PI	15	Rua Francisca de Melo Lobro, s/n, Bairro Sacy, Cep. 64. 020-430, Teresina-PI
132.	PMPI - BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL	PI	80	Av. Duque de Caxias, nº 3520 - Bairro Primavera 2 - Parque da Cidade Teresina – Piauí – CEP: 64.006-245
133.	PRF - PI	PI	35	Av. João XXIII nº 1516 B. dos Noivos. Cep: 64045000. TERESINA - PI
134.	Órgão ambiental - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e recursos Hídricos - SEMAR -PI	PI	35	Rua 13 de maio, nº 307 - Centro/Norte, 5º andar, Cep 64001-150. Teresina/PI
135.	IBAMA - PR	PR	10	Rua General Carneiro, 481 - Alto da Glória 80060-150 Curitiba – PR
136.	Ministério Público Estadual - PR	PR	5	Marechal Hermes, 751 - Centro Cívico - 80530-230 - Curitiba - PR
137.	PCDG - PR - Polícia Civil do Paraná	PR	15	Rua José Loureiro 540 - Centro - 80010-000 - Curitiba - PR
138.	PC - Instituto de Criminalística do Paraná - PR	PR	15	Av. Visconde de Guarapuava 2652 - Centro - 80010-100 - Curitiba - PR



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

139.	PMMPR - BATALHÃO DE AMBIENTAL FORÇA VERDE	PR	80	Av. das Torres, 210 - Pq. Metropolitano - S. José dos Pinhais/PR - CEP: 83040-340
140.	PRF - PR	PR	35	BR 476 (antiga BR 116) nº 3312 Cep: 82590100 CURITIBA - PR
141.	Órgão ambiental - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - PR	PR	35	Rua Desembargador Motta, 3384 - 80430-200 - Curitiba - PR 41 3304-7700
142.	CETAS - SEROPÉDICA - RJ	RJ	10	BR 465, km 3,5 – Floresta Nacional Mário Xavier – Seropédica/RJ
143.	IBAMA - RJ	RJ	10	Praça 15 Novembro, nº 42, 10º Andar, Centro 20010-010 Rio de Janeiro – RJ
144.	Ministério Público Estadual - RJ	RJ	5	Av. Marechal Câmara, nº 370 - Centro - Rio de Janeiro- RJ CEP 20020-080
145.	PCDG - RJ - Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro	RJ	15	Rua da Relação, 42 - Centro - Rio de Janeiro - 20231-900
146.	PC - Instituto Criminalística Carlos Éboli - RJ -	RJ	15	R. Pedro I, 28 - Centro, Rio de Janeiro - RJ
147.	PMRJ - BATALHÃO DE POLICIA FLORESTAL E DE MEIO AMBIENTE	RJ	80	Av. Itaóca, nº 100, Bonsucesso, Rio de Janeiro - CEP: 21061-020
148.	PRF - RJ	RJ	35	Rod. Presidente Dutra Km 163 Vigário Geral Cep: 21240002 RIO DE JANEIRO - RJ
149.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA-RJ	RJ	35	Av. Venezuela, nº 110 - 5º andar (próximo à Praça Mauá). Centro, Rio de Janeiro /RJ, Brasil 20081- 312
150.	INEA - Instituto Estadual do Ambiente	RJ	35	Av. Venezuela, nº 110 - Saúde, Rio de Janeiro / RJ CEP:20.081-312
151.	CETAS - NATAL - RN	RN	10	Rua Alexandrino de Alencar, n.º 1.399, Tirol, SUPES/RN – Natal/RN
152.	IBAMA - RN	RN	10	Rua Alexandrino de Alencar, nº1.399 - Tirol 59015-350 Natal - RN
153.	Ministério Público Estadual - RN	RN	5	Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 - Candelária – Natal/RN - CEP 59065-555
154.	PCDG - RN - Polícia Civil do Rio Grande do Norte	RN	15	Av. Interventor Mário Câmara, nº 2550, Cidade da Esperança, Natal/RN
155.	PC - Instituto Técnico-Científico de Polícia - ITEP - RN -	RN	15	Av. Duque de Caxias, 97, Ribeira. CEP – 59010-200 - NATAL/RN -
156.	PMRN - CIPAM - Companhia Independente de Policiamento Ambiental	RN	80	Parque das Dunas. Av. Alexandrino de Alencar, s/n - Morro Branco - Tirol Natal/RN CEP: 59015-350
157.	PRF - RN	RN	35	Av. Nascimento de Castro, nº 1540. Cep: 59056450. NATAL - RN
158.	Órgão ambiental - Secretaria do Meio Ambiente e dos recursos Hídricos - SEMARH - RN	RN	35	Rua Dona Maria Câmara, 1884 - Capim Macio, Natal/RN - CEP : 59082-430
159.	CETAS - PORTO VELHO - RO	RO	10	BR 364, km 9,5, Campus da UNIR – Porto Velho/RO
160.	IBAMA - RO	RO	10	Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva 76803-599 Porto Velho - RO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

161.	Ministério Público Estadual - RO	RO	5	Rua Jamari nº 1555, Bairro Olaria – Porto Velho/RO -CEP: 76801 917
162.	PCDG - RO - Direção Geral da Polícia Civil	RO	15	Av. Farquar, 1603 – Bairro Centro CEP: 76801-019 Porto Velho/RO
163.	PCDG - RO - Delegacia Especializada aos crimes Contra o Meio Ambiente	RO	15	Rua Rafael Vaz e Silva, 3642 – Bairro Liberdade CEP: 76803-847 Porto Velho/RO
164.	PC - Instituto de Criminalística - RO -	RO	15	Rua Flores da Cunha, 4370 – Bairro Costa e Silva. CEP: 76803-594 Porto Velho/RO
165.	PMRO - BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL	RO	80	BR 364 Km 22 - Bairro União - Candeias do Jamari/RO - CEP: 78938-000
166.	PRF - RO	RO	35	Av. Pinheiro Machado, 1276 Cep: 76801112 PORTO VELHO - RO
167.	Órgão ambiental - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM - RO	RO	35	Estrada do Santo Antônio nº. 5323 – Bairro: Triângulo - 76805-810 – Porto Velho/RO
168.	CETAS - BOA VISTA - RR	RR	10	Rua Andrômeda, s/nº, esquina com Avenida do Sol, Cidade Satélite – Boa Vista/RR
169.	IBAMA - RR	RR	10	Av. Brigadeiro Eduardo Gomes nº 4358, Centro 69304-650 Boa Vista - RR
170.	Ministério Público Estadual - RR	RR	5	Av. Santos Dumont, nº 710, São Pedro - Boa Vista - CEP: 69306-680
171.	PCDG - RR - Delegacia Geral de Polícia Civil	RR	15	Av: São Paulo, 472, Bairro dos Estados, CEP- 69305-480. Boa Vista/RR
172.	PC - Polícia Técnica-Científica - RR -	RR	15	Rua Mário Homem Melo, 2380, Bairro: Liberdade. Boa Vista - RR 69309-010
173.	PMRR - CIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO AMBIENTAL - CIPA	RR	80	Rua Cerejo Cruz, 831 - Centro - Boa Vista - Roraima CEP 69.301-060
174.	PRF - RR	RR	35	Rua Professor Diomedes Souto Maior, 764 Cep: 69303450 BOA VISTA - RR
175.	Órgão ambiental - Secretaria Meio Ambiente Interior e Justiça - RR	RR	35	Praça do Centro Cívico, 666 - Centro, Boa Vista - RR, 69301-380
176.	CETAS - PORTO ALEGRE - RS	RS	10	Rua Baronesa do Gravataí, 210, Cidade Baixa – Porto Alegre/RS
177.	IBAMA - RS	RS	10	Rua Miguel Teixeira, nº 126 Cidade Baixa CEP 90050-250 Porto Alegre – RS
178.	Ministério Público Estadual - RS	RS	5	Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80 - Porto Alegre - CEP.: 90050-190
179.	PCDG - RS - Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul	RS	15	Av. João Pessoa, 2050. CEP: 90040-001. Porto Alegre - RS
180.	PC - Instituto geral de Perícias - IGP-RS -	RS	15	Av. Missões nº 6, Bairro Navegantes - CEP 90230-100 - Porto Alegre/RS
181.	PMRS – COMANDO AMBIENTAL DA BRIGADA MILITAR	RS	80	RS 407, Nº 2500, Bairro Balneário Atlântida, Município de Xangri-Lá – CEP 95.588-000
182.	PRF - RS	RS	35	Avenida A. J. Renner, 2701 - Parque Humaitá Cep: 90250000 PORTO ALEGRE - RS
183.	Órgão Ambiental - Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA - RS	RS	35	Avenida Borges de Medeiros, 261 - Centro Cep: 90.020-021. Porto Alegre _RS
184.	IBAMA - SC	SC	10	Avenida Mauro Ramos, nº 1.113 Centro Caixa Postal 660 88020-301 Florianópolis – SC





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

185.	Ministério Público Estadual - SC	SC	5	R. Bocaiúva, 1750 - Centro - Centro Executivo Casa do Barão-Ed. Sede do MP - Florianópolis/SC CEP: 8801590
186.	PCDG - SC - Delegacia Geral de Polícia Civil de Santa Catarina	SC	15	Rua Felipe Schmidt, 755 - Centro - Edif. Embaixador - Florianópolis - SC. CEP: 88010-001
187.	PC - Instituto geral de Perícias - IGP-SC -	SC	15	Rua Pastor William Richard Schisler Filho, 590   CEP 88034-100   Bairro Itacorubi   Florianópolis (SC)
188.	PMSC - BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL	SC	80	Rua Mário Cândido da Silva s/nº, Parque Aventura Maria Inês Rodrigues, Bairro Abraão, CEP 88.085-475. Florianópolis / SC
189.	PRF - SC	SC	35	Rua Álvaro Mullen da Silveira, 104 - Centro - Cep: 88020180 FLORIANOPOLIS - SC
190.	Órgão ambiental -Fundação do Meio Ambiente - FATMA - SC	SC	35	Centro Administrativo do Estado de Santa Catarina. Rodovia SC-401 - km 5 - 4.600 - Saco Grande II Florianópolis - Santa Catarina - CEP: 88032-000
191.	CETAS - ARACAJU - SE	SE	10	Rua do Ibama, s/nº, Areia Branca – Aracaju/SE
192.	IBAMA - SE	SE	10	Av. Coelho e Campos, 521 – Centro 49010-720 Aracaju – SE
193.	Ministério Público Estadual - SE	SE	5	Praça Fausto Cardoso 327 – Ed. Walter Franco CEP: 49010-080 - Aracaju-SE
194.	PCDG - SE - Palácio da Polícia Civil	SE	15	Rua Duque de Caxias, 537 - Bairro São José . CEP.: 49015-130 - Aracaju - Sergipe
195.	PMSE - PELOTÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL	SE	80	Quartel do Comando Geral. Rua Itabaiana nº 336, Centro, Aracaju / SE CEP: 49.010-170
196.	PRF - SE	SE	35	Av. Maranhão, 1890 Cep: 49087420 ARACAJU - SE
197.	Órgão ambiental - Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA - SE	SE	35	Av. Heráclito Rollemberg, 4444 - D.I.A. - Aracaju/SE. Cep 49030-640
198.	PC - COGERP COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS	SE	15	AV: AUGUSTO MAYNARD Nº552 BAIRRO SÃO JOSÉ CEP: 49015-380
199.	CETAS - LORENA - SP	SP	10	Rua Hermenegildo A. de Aquino, s/nº, bairro Coatinga – Lorena/SP
200.	IBAMA - SP	SP	10	Alameda Tietê, nº 637 Jardim Cerqueira César 01417-020 SP - SP
201.	Ministério Público Estadual - SP	SP	5	Rua Riachuelo, 115 • Centro • São Paulo • CEP: 01007-904
202.	PCDG - SP - Polícia Civil do Estado de São Paulo	SP	15	R. Brigadeiro Tobias 527 - São Paulo/SP - CEP 01032-902
203.	PC - Superintendência da Polícia Técnico-Científica - Instituto de Criminalística - SP	SP	15	Rua Moncorvo Filho, 410 - Butantã. CEP 05507-060 - São Paulo/SP
204.	PMSP - COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL	SP	80	Rua Colônia da Glória, 650 - Vila Mariana - São Paulo/SP - CEP: 04113-000
205.	PRF - SP	SP	35	Rua Ciro Soares de Almeida, 150 Cep: 02167000 SAO PAULO - SP
206.	Órgão ambiental - Secretaria de Meio Ambiente - SP	SP	35	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345. Pinheiros - São Paulo - SP - CEP: 05459-900



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

207.	IBAMA - TO	TO	10	Quadra 402 Sul - Conjunto 1 - Lote: 6 A - Avenida Joaquim Teotônio Segurado 77021-622 Palmas – TO
208.	PCDG - TO	TO	15	Praça dos Girassóis, 01, Esplanada das Secretarias, Plano Diretor Sul, Palmas, Tocantins, Brasil, cep: 77015-900
209.	PC - TO - Criminalística da Polícia Civil	TO	15	Secretaria da Segurança Pública, Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. Cep: 77015-900. Palmas/TO
210.	PMTO - CIA. AMBIENTAL DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DO TO (CIPAMA)	TO	80	403 sul, Avenida NS-3, s/n - antigo Aeroportpo, plano diretor sul Palmas - Tocantins - CEP: 77.176-070
211.	PRF - TO	TO	35	QUADRA 103 SUL, RUA SO-11, LOTE 30 Cep: 77015034 PALMAS - TO
212.	Órgão ambiental - Secretaria de Meio Ambiente e recursos Hídricos - SEMARH - TO	TO	35	Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas - Tocantins. CEP 77.001-002
213.	Ministério Público Estadual - TO	TO	5	02 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6 - Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 - Palmas-TO

- 1.3. *O valor total estimado da contratação será apresentado no processo e no mapa de cotação.*
- 1.4. *O quantitativo da demanda de livros a serem enviados para as unidades públicas responsáveis pelo combate ao tráfico de animais foi estabelecida em razão da estimativa do quantitativo de pessoal da área de meio ambiente diretamente ligado a essa função.*
- 1.5. *Cada item especificado na tabela acima corresponde a uma remessa (um pacote) do respectivo número de unidades a ser enviada ao órgão de destino, que por sua vez, dará destino aos livros de acordo com a especificidade de atuação de seus servidores no combate ao tráfico de animais;*
- 1.6. *O Objeto não deve ser parcelado, ou seja, todos os itens da tabela acima devem ser agrupados em um lote e o gerenciamento do objeto deve permanecer todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, o que apresenta-se mais satisfatório e vantajoso para Administração Pública, por haver melhor organização e controle pela Administração na execução dos serviços, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados. Haverá, ainda, um grande ganho para a Administração na economia de escala, considerando os gastos para publicar e administrar os contratos que poderiam advir de uma licitação do tipo menor preço por item. Desta forma, temos por certo que a licitação do tipo menor preço global trará grande redução de preços a serem pagos pela Administração.*

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

- 2.1. A proteção do meio ambiente é matéria de interesse difuso, sendo sua proteção dever constitucional do Poder Público, nas esferas federal, estadual e municipal.
- 2.2. A Classe das Aves, devido à sua coloração e adaptação ao cativeiro para se tornar animais de estimação, é a mais atingida pelo comércio ilegal de animais silvestres.
- 2.3. Do ponto de vista técnico-pericial, a identificação de animais é fator importante no combate aos crimes contra a fauna. O reconhecimento de espécies protegidas em uma apreensão resulta em agravante na lei de crimes ambientais. Outra questão importante é a destinação dos animais apreendidos, caso opte-se pela soltura, por exemplo, deve-se ter a certeza de que tal ave não é uma espécie ou subespécie proveniente de região diferente de que está sendo solta, para não ocasionar desequilíbrio ecológico.
- 2.4. Nem sempre os profissionais de segurança pública ou de órgãos ambientais possuem formação na área de Biologia, de modo que o reconhecimento ou manejo de espécies animais pode ser um gargalo nas ações de uma corporação ambiental.
- 2.5. Financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, foi produzido um Guia de Identificação de Espécies de Aves Traficadas, que consolida informações importantes para as instituições de fiscalização e repressão ao tráfico de espécies silvestres. O mesmo será de ampla utilidade para os trabalhos relacionados aos crimes contra a fauna, democratizando a informação técnica.
- 2.6. O Guia também terá a tarefa de divulgar e sensibilizar a importância do trabalho relacionado aos crimes contra a fauna, sendo referência para a capacitação de agentes ambientais e de segurança pública.
- 2.7. Há necessidade que se dê ampla distribuição e divulgação do Guia entre órgãos ambientais e de segurança pública para que o Guia resulte nos efeitos ambientais esperados,
- 2.8. O presente Termo de Referência destina-se à distribuição do “Guia de Identificação de Aves Traficadas do Brasil”, o qual faz parte do projeto “Implementação de rede de identificação de espécies de aves traficadas”, aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente e que possui recursos repassados à Diretoria Técnico-Científica.

**3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.1. O Serviço a ser contratado enquadra-se como serviço comum para fins do disposto no parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
- 3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

**4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
  - 4.1.1. Recolhimento dos livros no Instituto Nacional de Criminalística (INC) no endereço: Edifício INC – SAIS Quadra 07 – Lote 23 – Brasília – DF – CEP 70610-200 tão logo seja firmado o contrato entre a empresa licitante e a Administração.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

- 4.1.2. Todos os livros a serem distribuídos devem ser recolhidos em uma única etapa e armazenados nas instalações da contratada, onde o serviço será realizado;
- 4.1.3. Deve ser feito o envio para os endereços/órgãos constantes na tabela do item 1. OBJETO, observado o item 4.1.4. abaixo;
- 4.1.4. Será necessária a confirmação dos endereços e destinatários, por parte da empresa contratada, antes do efetivo envio da correspondência;
- 4.1.5. Será necessária a obtenção do conhecimento do recebimento (assinatura da pessoa em nome da instituição que recebeu em seu destino, indicando que a encomenda foi entregue corretamente);
- 4.1.6. Poderá ser incluída correspondência oficial da Diretoria Técnico Científica (DITEC) em cada remessa, em comum acordo desta Diretoria e a empresa contratada;
- 4.1.7. A embalagem e etiquetagem das remessas, assim como outros serviços inerentes à distribuição dos livros, ficarão a cargo da empresa contratada;
- 4.1.8. A empresa contratada deverá manter dados tabulados contendo o controle de endereços atualizados, nomes dos órgãos, envios e entregas realizadas, com acesso on-line ou atualização quinzenal das informações (relatórios quinzenais);
- 4.1.9. Encomendas retornadas ou entregues em desacordo com o presente Termo de Referência não serão consideradas como serviço realizado.

**5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
  - 5.1.1. Dimensões do livro (uma unidade): 1,53 cm (espessura) x 15 cm (largura) x 21,5 cm (comprimento);
  - 5.1.2. Peso: 505 g;
  - 5.1.3. As dimensões e peso dos pacotes de livros agrupados, devem ser estimados pela contratada de acordo com as informações acima;
  - 5.1.4. Poderá haver pequena variação (até 10%) no produto finalizado (livro).

**6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
  - 6.1.1. Os livros deverão chegar a seu destino final em perfeito estado de conservação (sem ranhuras, orelhas, dobraduras, sujidades, escritas, dentre outros defeitos possíveis);
  - 6.1.2. O prazo máximo para o cumprimento de todos os itens do contrato será de seis (06) meses;
  - 6.1.3. Será necessário, em cada encomenda, a obtenção do conhecimento do recebimento (assinatura da pessoa em nome da instituição que recebeu em seu destino, indicando que a encomenda foi entregue corretamente);

**7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

- 7.1. A execução dos serviços será tão logo o contrato seja publicado no Diário Oficial da União, na forma descrita nos itens 4 a 6 do presente Termo de Referência:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

7.1.1. O recebimento referente ao cumprimento de todos os itens ocorrerá em uma única etapa após a realização do serviço e apresentação dos conhecimentos de recebimento assinados (comprovação de entrega);

7.1.2. O prazo máximo para o cumprimento global do contrato será de três (03) meses;

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de trinta (30) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de trinta (30) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **8. DA VISTORIA**

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2024-9010.

8.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

- 10.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3.** Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 10.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.6.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.7.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 10.8.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.9.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.10.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.11.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.12.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.13.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.14.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**11.1.** *A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:*

*11.1.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte;*

*11.1.2. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, respeitando o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e*

*11.1.3. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.*

**12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**13.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

**13.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**13.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**13.4.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

**13.5.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.6.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.7.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**13.8.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

**13.9.** A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.9.1. Verificação dos relatórios quinzenais de distribuição (item 4.1.8);

13.9.2. Verificação dos conhecimentos de recebimento assinados (comprovação de entrega) pelos destinatários (item 4.1.5);

**13.10.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.10.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.10.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.10.3. fraudar na execução do contrato;

13.10.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.10.5. cometer fraude fiscal;

13.10.6. não mantiver a proposta.

**13.11.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.11.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.11.2. multa moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

13.11.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

13.11.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.11.2.3.

13.11.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.11.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.11.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.11.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.11.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**13.12.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 13.12.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.12.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.12.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.13.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**13.14.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.15.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 16 de junho de 2016.

**FÁBIO JOSÉ VIANA COSTA**

Perito Criminal Federal  
APMA/INC/DITEC

De acordo,  
Em \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

**JÚLIO CÉSAR KERN**

Perito Criminal Federal  
Diretor do INC/DITEC

APROVO o presente Termo de Referência para a contratação de empresa especializada para execução de serviços editoriais para a produção do livro “Guia de Identificação de Aves Traficadas no Brasil” e AUTORIZO a abertura do procedimento licitatório.

Em \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

**JOSÉ JAIR WERMANN**

Perito Criminal Federal  
Diretor Técnico-Científico



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**ANEXO II**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DA DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA E A  
EMPRESA .....**

A União, por intermédio da Diretoria Técnico-Científica, com sede no(a) Setor de Áreas Isoladas Sul, Quadra 7 – Lote 23, na cidade de em Brasília-DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0087-06, neste ato representado(a) pelo(a) seu Diretor, Sr. JOSÉ JAIR WERNANN, CPF 297.801.360-53 e C.I. 401.301.5112 SSP/RS, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 3068, de 31 de julho de 2012, DG/DPF, publicada no Boletim de Serviço nº 148, de 01 de agosto de 2012, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de *empresa especializada para distribuição (envio) de livro de identificação de aves traficadas no Brasil, a partir do Instituto Nacional de Criminalística (INC) para outras localidades brasileiras onde estão sediados órgãos de atuação no combate ao tráfico de animais*, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Objeto da contratação, conforme item 1.2. do Termo de Referência, anexo I do Edital do pregão nº 07/2016.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../.....





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

**6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE**

- 6.1. O preço é fixo e irrevogável.

**7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

- 7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**9. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

**10.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**10.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**10.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**10.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**10.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**10.4.3.** Indenizações e multas.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

**11.1.** É vedado à CONTRATADA:

**11.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**11.1.2.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

**15.1.** O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de ..... - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: